

PORTUGUESES NA ARGENTINA

(ALGUNS ASPECTOS DE OUTRORA)

por

LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS *

Em livro publicado em Madrid, em 1986, o historiador do «século de ouro» e da Inquisição espanhola, Bartolomé Bennassar, debruça-se sobre *La America española y la America portuguesa (Siglos XVI-XVIII)* num estudo bem fundamentado, onde avultam as suas reconhecidas capacidades, mas que de forma alguma está desprovido de aspectos criticáveis.

Para além da análise da história colonial brasileira, magistralmente reconstituída por Frédéric Mauro, na monumental tese *Le Portugal et l'Atlantique au XVII siècle*, da qual Bennassar tira bom partido, distorcendo a seu modo, apouca, enevoando-a, a presença dos portugueses na região platina e nesta bela cidade de Buenos Aires. Para o facto contribui talvez o desconhecimento dos trabalhos do catedrático de Coimbra, Prof. Ferrand de Almeida, presente nas bibliotecas universitárias de França, pátria do Prof. Bennassar e de alguns estudos de historiadores da Argentina.

Eis por que ao tema importa consagrar, pelo menos, algum singelo apontamento sobre os portugueses que estadearam em territórios platenses, hoje integrados na Argentina em séculos anteriores à independência, quando nessas paragens viviam e traficavam espanhóis, portugueses e outros povos, a começar pelos autóctones, que Pigafetta descreveu em primeira mão.

* Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

*
* *
*

Entre os séculos XVI e XVII, os navios que zarpavam para o Rio da Prata, quando não optavam pela rota triangular Portugal-África-América do Sul, saíam de Lisboa, em Setembro. A travessia durava dois meses e meio ou três. Alcançava-se «Buenos Aires no princípio de Janeiro, ao começar o verão austral». Para o Brasil, podia-se largar de Portugal tanto em Janeiro-Março, como em Setembro-Novembro. O tempo pior para o regresso situava-se entre Dezembro e Março. Bom era aportar a Lisboa em Outubro vindo do Rio da Prata. Normalmente, na sua rota para o sul, os navios faziam aguada na ilha deserta de Santa Catarina, em busca de madeira, frutas e, naturalmente, água.

Na Argentina, os que chegavam sentiam os *pamperos* e as *suestadas*, tempestades particularmente temidas pelos navegadores na região do Rio da Prata.

O conflito das massas de ar quente e frio que se deslocam sobre o Atlântico, ao largo do Brasil meridional, origina, por vezes, movimentos ciclónicos que sujeitam as costas a golpes de ventos violentos vindos de Sul — os *pamperos*. As tempestades de Sudeste, *suestadas*, particularmente perigosas na região do Rio da Prata são também provocadas, nomeadamente no inverno, pelas perturbações ciclónicas que se formam sobre a Argentina setentrional e se dirigem em direcção ao Atlântico, atravessando o Uruguai.

Pela informação recolhida, sei que esses antigos reinóis portugueses conheceram, na Argentina, aborígenes, ameríndios e patagónios, brancos nascidos dos colonizadores espanhóis e de novas levas de gente vindas de diversos pontos do mundo, como ainda negros, descendentes de escravos oriundos de África, nomeadamente de Angola, bem como gaúchos ou seus descendentes, resultado de uma intensa miscigenação em que os lusitanos desde cedo participaram. Ora, se há lusitanos do Reino e das conquistas entre os colonos antigos, há-os noutras vagas de emigrantes, até aos nossos dias. Os portugueses estiveram, por outro lado, de olhos virados para a região platina intensamente ligados ao trato escravagista, ao incremento antigo de Buenos Aires, ao seu comércio legal e ilegal, à ganadaria regional.

De uma forma clara, desde o governador do Brasil, Martim Afonso de Sousa (1530-1531), Portugal interessa-se pela América argentina, a

ponto de se poder afirmar que pretendeu levar a sua soberania até ao Rio da Prata a Sul e, no Norte, até ao Amazonas. Na mesma época essa enorme ambição levou um irmão daquele Governador, Pêro Lopes de Sousa, a penetrar o Panamá, deixando dois padrões com o brasão de Portugal na região de Querandins (1531).

De audaciosos projectos, e do choque de interesses entre as duas Coroas, dão conta os agentes e os papéis diplomáticos dos dois países, nomeadamente a propósito da intenção portuguesa de ultrapassar os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494), ultrapassagem que mais facilmente foi entendida sob a união dinástica luso-espanhola (1580-1640), reabrindo-se os diferendos, com ênfase, após a restauração da nossa independência em 1640. Os portugueses andam, de facto, muito ligados ao Rio da Prata, a Buenos Aires, ao Tucuman, etc.

Criada em 1536, e depois abandonada pelos espanhóis, que pouco engodo mostraram por uma região onde não havia metais preciosos, nem índios sedentários prontos a trabalhar, Buenos Aires foi restabelecida em 1580. Desde cedo, a cidade não só tirou partido do escambo comercial com o Brasil, como muitos foram os portugueses, alguns cristãos novos, ligados ao incremento desse território, como bem demonstra o livro de José Gonçalves Salvador, *Os Cristãos Novos e o Comércio no Atlântico Meridional*. Se a vossa cidade começou por ser um porto platino de apoio ao Peru e ao Tucumán, em seiscentos, com a criação de gado e as indústrias anexas (de carne seca, de couro, e de sebo), cobrou novo alento, favorecido pela articulação entre a economia brasileira e platina, pelas vantagens daí resultantes para os colonizadores e para os europeus, incluindo os lusitanos.

No que toca aos escravos, o tráfico português com o Rio da Prata funciona em dois sentidos: Angola-Rio da Prata e Brasil-Rio da Prata.

O tráfico escravagista directo de Angola para o Rio da Prata desenvolve-se desde o século XVII, e cresce em importância na segunda metade do século XVIII. Entre 1650 e 1700, a América espanhola acolheu 16.300 negros, de 1700 a 1760, 181.000, contra 960.000 que ficam no Brasil neste último período. De 1742 a 1806, só o vice-rei de La Plata importou 12.473 negros do Brasil e 13.460 de África, ou seja, de zonas maioritariamente sob o domínio português e em que se envolvem reinóis e brasileiros. Na América espanhola, a reprodução terá elevado o número de escravos a 2.347.000, no fim da época colonial. «Até 1630 os negros procediam, sobretudo, da Senegâmbia, do

Golfo da Guiné e, a partir desta data, de Angola». «Foram introduzidos como bens de capital, segundo as regras do comércio em função da conjuntura do momento». «Um trabalhador na plenitude da sua força» era uma «peça» de escambo, explica Bennassar, cujos números utilizamos.

Os entraves levantados pelas autoridades espanholas foram, amiúde, ultrapassados pelos portugueses. Sabemos de um governador de Angola que, em 1656 se mostra orgulhoso pelo negócio que realizou com um navio castelhano. Deixou-o entrar no seu território «com a condição deste ir ao Rio da Prata trocar escravos contra patacas de prata». O interessado conseguiu-o, vendendo 400 escravos por 150.000 patacas, alguma prata trabalhada e algumas jóias.

Em regra, o comércio escravista nos séculos XVI-XVII está nas mãos de contratadores, cujos contratos ou *asientos*, incluem severas normas contra o contrabando e os eximem de mercadejar no Rio da Prata, como vemos num clausulado do contratador Pêro Ruiz de Abreu, no fim da união dinástica entre espanhóis e portugueses.

Escrevendo em 1648, durava a guerra da restauração, o maior pregador que Portugal conheceu, Padre António Vieira, pensava que a conquista do Rio da Prata devia ser feita, sem demora, por Salvador Correia de Sá, então em rota para Angola, de modo a renovar o trato negreiro com aquele território, pois «*Buenos Aires, ... é a única povoação que ali ha de castelhanos, e, se nos não anteciparmos, podem os Franceses tomar-nos a benção*».

No século XVIII, no Peru e em La Plata, só 4% da população é negra, a par de 32% de mestiços, 19% brancos e 45% índios, num total de menos de cinco milhões. Com efeito, aqui, como especialmente no Brasil, a sociedade não se mostra fechada, endogâmica ou ordenada em castas. Senhores e escravos, longe de viverem em compartimentos estanques, protagonizam a miscigenação. O concubinato produziu uma extraordinária mancha social, com variantes múltiplas. É sabida a intervenção lusitana na braçagem de raças.

O contrabando assume papel de particular relevo na actividade dos súbditos do rei de Portugal. Em seiscentos, organiza-se de forma tentacular, com pólos na Europa, no Brasil e em Buenos Aires, tanto como em Lisboa, nos territórios portugueses da Guiné, Cabo Verde e Angola. No Rio da Prata, os principais agentes do contrabando foram os próprios mercadores de Buenos Aires, com notória cumpli-

cidade dos habitantes em geral, que sofriam os preços proibitivos do comércio monopolista de Lima, sede do vice-reino em que a cidade se integrava. Por Buenos Aires se esvaiu muita prata do Alto Peru, utilizada, inclusive, para comprar ilegalmente artefactos ingleses.

No século XVIII, e dada a importância dos portugueses, mas também dos ingleses nesse tráfico, a Espanha reagiu bruscamente. Uma expedição dirigida pelo Governador Francisco de Paula Bucarelli, expulsou os ingleses das Malvinas em 1770 e controlou de perto os portugueses que, em número importante, residiam em Buenos Aires. Por sua vez, em 1776, a ilha de Santa Catarina caiu na posse de uma expedição espanhola, que arrasara a Colónia do Sacramento.

Anteriormente, no primeiro quartel do século XVII, o Prata chegara a ser uma espécie de «rio português», tal a intensidade do comércio, fosse ele escravagista, ou de outro género, legal ou ilegal. Muitos portugueses que para aí emigraram, desde os fins de quinhentos, foram mercadores, outros povoadores e sabe-se de casamentos com filhas e netas de antigos conquistadores castelhanos. Enquanto a maioria se empenha no comércio urbano e ambulante, e em labores artísticos e funções artesanais, há os que passam a proprietários. Conhecemos também a presença de emigrantes portugueses não só no Tucuman, como no Peru.

Por isso, vieram a controlar rotas e iniciativas de vulto. Entre estas, assinala-se a do bispo de Tucuman, um português famoso, chamado D. Francisco Vitória. Em quinhentos, no início do domínio filipino, mandou em diversas ocasiões para o Brasil ouro e prata, o que lhe permitiu importar escravos de África e também ferro, objectos manufacturados, roupas e géneros alimentícios de que precisava na sua diocese. Vítimas, no século XVII, de invejas nos territórios coloniais da América espanhola, ou porque assumiram funções administrativas ou porque alguns eram cristãos novos, sofreram estas perseguições inquisitoriais de vulto. Beneficiaram, porém, de tolerância no Prata, onde um quarto da população de Buenos Aires era portuguesa em 1643. Preponderantes na primeira metade do século XVII, [segundo Lafuente Machain, em *Los Portugueses en Buenos Aires* (1951)], cooperaram decisivamente no incremento da cidade, construindo a base da grandeza comercial por ela alcançada nos séculos vindouros.

Desta prosperidade tiraram partido, por outro lado, os brasileiros que assistiram à chegada de Buenos Aires não só de prata e ouro,

cobiçados pelos ingleses, como ainda de artigos industriais ligados à ganadaria, procurados pelos holandeses, quando do seu arranque.

Alguns atribuem a uma rota clandestina da prata do Potosi (Peru) para Lisboa, via Buenos Aires, a circunstância de Portugal só vinte e sete anos depois da Espanha começar a sofrer o refluxo deste metal precioso no século XVII. O facto deve-se mais a razões comerciais do que monetárias, como Frédéric Mauro explicou.

Em todo o caso, se no Brasil abunda a moeda, especialmente de prata, no século XVII, tal facto prende-se, sobretudo antes de 1640, à prata do Potosi, que pelo Rio da Prata atingia, clandestinamente ou não, o Brasil (Alice Canabrava). Depois da Restauração em Portugal de uma dinastia autóctone, há diminuição que não se deve apenas a secessão política, mas à quebra da produção no Potosi, posto que, ainda em 1650, as patacas do Peru tenham papel de relevo na Baía. E, no segundo quartel do século XVII, o escambo português no Rio da Prata «dava indícios de decadência».

Sem embargo, ainda em meados de seiscentos, o Rio da Prata mostra-se impermeável à penetração de uma vaga de barcos holandeses e ingleses, tomados no Brasil pelos portugueses. Entretanto, a economia ganadeira, produtora de «carne seca e sobretudo couro e sebo», passou a vender estes artigos para o exterior. «As exportações de couro principiaram cerca de 1607-1610 e têm considerável importância até 1670». Os principais clientes eram então os holandeses que, em 1630, se tinham estabelecido em Pernambuco e aí ficaram até à sua expulsão em 1654.

Desde 1617 constituído em governo e capitania geral, Buenos Aires torna-se um vice-reinado em 1767, desmembrando-se do território que antes tinha sede em Lima. Nos dois últimos decénios do século XVII e ao longo de setecentos, parte da sua actividade consome-se em guerras com Portugal por causa da colónia do Sacramento, fundada pelos portugueses na margem norte do Rio da Prata, em 1680. O que é sabido e está bem estudado. Estudada está a concepção geo-estratégica que originou o vice-reino sediado em Buenos Aires. Englobando a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e o Potosi, o novo espaço governamental conseguia para os seus habitantes os produtos europeus a preços três ou quatro vezes inferiores aos oriundos de Lima. E se é certo que um saldo qualitativo ocorreu quando, em 1721, Filipe V autorizou Buenos Aires a mercadejar com os portos espa-

nhóis, crescendo as exportações, certo é que a permissão de comércio livre que acompanhou o estabelecimento daquela alta divisão administrativa, implicou a consagração económica da nova criação política. O seu objectivo estratégico era cortar o avanço dos portugueses, aliados aos ingleses. A situação agravara-se de 1767 em diante, pois as missões jesuíticas tinham bloqueado a progressão dos paulistas nas zonas da sua influência. Ora, com o seu desaparecimento, a melhor maneira de contrariar a ambição dos portugueses era conferir maior importância política à região para que ela pudesse resistir de forma espontânea à influência anglo-lusa.

Sobretudo de 1670 em diante, com a quebra verificada na economia lusa, e *«convencidos que um dos caminhos para vencer a crise era o do restabelecimento do comércio platino, os portugueses fizeram várias diligências nesse sentido»*, quer, antes, no curso da guerra da restauração, quer depois da paz com a Espanha em 1668. Salvador Correia de Sá, além do Padre António Vieira, sugeriram a ocupação de Buenos Aires. Por último, decidiu-se pela fundação de uma fortaleza na margem setentrional do Rio da Prata, a falada Colónia do Sacramento. Do famoso padre jesuíta António Vieira, orador célebre, nascido no Brasil, é conhecida a carta ao marquês de Nisa, 20-1-1648, sobre a política portuguesa no Brasil e as outras potências coloniais, onde escreveu. *«Também se pode intentar a conquista do Rio da Prata, de que antigamente recebíamos tão consideráveis proveitos pelo comércio, e se podem conseguir ainda maiores, se ajudados dos de S. Paulo marcharmos, como é muito fácil, pela terra dentro, e conquistarmos algumas cidades sem defesa, e as minas de que elas e Espanha se enriquece, cuja prata por aquele caminho se pode trazer com muito menores despesas. Ouvi que em França se está fazendo uma companhia muito poderosa, para a conquista desse Rio da Prata»*. Com o aparecimento da Colónia, passou-se a um estado de guerra quase permanente no estuário do Prata, à ocorrência de equívocos que envenenaram as relações mútuas, como ainda a um activo contrabando levado a efeito por portugueses e ingleses a partir dessa fortaleza. Paralelamente, ocorre uma forte, por vezes circunscrita, por vezes martirizada, acção missionária.

Não falaremos das guerras, nem tão pouco das entradas em Sacramento dos governadores platinos, tão conhecidas são. Diremos só, que logo o acto fundador produziu uma acção armada conseguida por

parte do governador de Buenos Aires, com o auxílio das missões e originou protestos do Governo de Madrid, até que, por um tratado provisional conseguido pelo regente de Portugal D. Pedro, em 1681, a praça foi deixada a Portugal, a fim de se evitar a guerra entre as duas nações.

Não obstante, os governadores do Prata desconfiavam dos portugueses de Buenos Aires e nunca perderam a ocasião de dificultar a presença dos portugueses na Colónia do Sacramento, entendendo, conforme instruções de Madrid, restritivamente o clausulado do tratado de 1681, mesmo nas situações mais complexas¹.

E, em tempo de penúria, diga-se, o governador de Buenos Aires usou, por exemplo, do *embargo* de mantimentos para tentar subjugar os portugueses em 1693. A contas com uma intensa seca e com as más colheitas dela derivadas, a produção de trigo e de legumes garantiu o abastecimento dos portugueses do Sacramento apenas quatro meses. Para desespero dos «castelhanos», o embargo foi, no entanto, quebrado pelos sacramentanhos, através da procura de carne de caça. Deve acrescentar-se que entre os fundadores da cidade «*havia muitos e bons artífices*» que, depois da tomada desta pelos castelhanos (em 1680), efectuaram, estando «prisioneiros...», não poucas obras em Buenos Aires», com as quais iam enriquecendo, matéria estudada no que toca aos artistas e artesãos por vários autores locais. Na verdade, depois dessa conquista, os prisioneiros então feitos, dispersaram-se, por vontade própria ou à força, pela América espanhola e nem todos regressaram quando o ajuste da restituição da Colónia se fez entre Portugal e Castela. Assinale-se ainda que os espanhóis também não entregaram cerca de uma centena de escravos portugueses que continuaram ao serviço dos colonizadores espanhóis.

Quando da guerra da Sucessão de Espanha, a partir do momento em que Portugal passou da neutralidade à defesa dos interesses e pretensões do arquiduque Carlos de Áustria, a situação no Rio da Prata agravou-se. Os espanhóis, depois de um cauteloso tempo de espera,

¹ A propósito da colónia portuguesa de Buenos Aires, o Governador D. José Garro explica, em 1680 ao vice-rei do Peru: «*esta cidade..., pela maior parte se compõe de Portugueses, seus filhos e descendentes*». Daí Carlos V ter ordenado a ida de famílias canárias para aumentar a população da cidade, em 1681.

decidiram, em 1703, reconquistar a Colónia do Sacramento. Entretanto, «na campanha uruguaia, multiplicaram-se os incidentes e os conflitos com Buenos Aires, por múltiplas razões, mesmo antes do reconhecimento da posição portuguesa pela Corte de Filipe V. Em Setembro de 1703, deu-se o assassinio do Padre Manuel Gonçalves, vigário da colónia, quando dizia missa num local de preparação de couros, a sete léguas da praça». Na altura, os portugueses atribuíram o atentado contra o sacerdote evangelizador, não só aos índios, mas também a instigação dos espanhóis, o que não se confirmou.

Para os finais do século, como vimos, uma expedição espanhola, ida de Cádiz, arrasa a Colónia do Sacramento que, pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777, passa à Espanha por mais algumas décadas.

Em 1790, Buenos Aires conta 50.000 habitantes, a exemplo do Rio e da Baía, quando é certo que só tinha 12.044 em 1744 e apenas 32.069 em 1778. Era, pois, uma cidade em crescimento, mas não tão grande como a do México, cuja população ascendia a 113.000 habitantes. As suas exportações de coiro beneficiaram de um crescimento fantástico de 1770 a 1785: atingiam o 1.400.000 em 1785, contra 15.000 em 1770.

Na urbe, residiam descendentes de portugueses e súbditos do rei de Portugal, reinóis uns, brasileiros outros. Se no século XVI adiantado, ela absorve toda a gama de produções europeias úteis (trigo, azeite, vinho, panos, tecidos, armas, instrumentos metálicos, livros, papel), já no século XVIII avultam progressivamente os artigos industriais. Para a Europa mandava-se cochinhilha e madeira brasil, couro, anil, etc. Mas 76% da produção era ainda de metais preciosos entre 1747 e 1778. No século XVIII, aparece-nos também o tabaco e depois, cada vez mais, o cacau e o açúcar.

Nessa antiga sociedade, onde circulava sangue e actividade portuguesa, forma-se uma oligarquia económica de *estrangeiros* — *terratenentes*; de *comerciantes*, enriquecidos pelo comércio livre, além de *portenhos* intelectuais ilustrados, influenciados pela Revolução americana e depois pela Revolução francesa a princípio, defensores do liberalismo económico, que se volverão revolucionários independentistas mais tarde. Durante a guerra da Espanha com a Inglaterra, aquela nação autorizou os portos americanos a comerciar com os países neutrais, caso dos Estados Unidos, com benefício para Montevideu

e Buenos Aires e também para a cultura, porque aqui chegavam autores, antes inacessíveis.

Em todas estas andanças é costume, em regra, descobrir algum luso-descendente, reinol ou brasileiro, assim se ligando de muitos modos, a comunidade portuguesa à história da cidade e da região. D. Carlota Joaquina, esposa do Regente de Portugal D. João, o futuro D. João VI, tentou, sem êxito, ser regente das colónias espanholas da América como princesa espanhola, em período conturbado, quando os Braganças, durante as Guerras Napoleónicas, residiam no Brasil. É um aspecto castelhano da história. O nosso intento foi relevar a intervenção lusíada nos progressos de Buenos Aires e da Argentina, já pelo enriquecimento no comércio lícito e ilícito, no artesanato e na construção, na ganadaria, na braçagem de raças e até na marginalidade, já por se tratar de urbe e região concorrente umas vezes, fonte de comércio outras, do Brasil vizinho, pelos portugueses criado.

BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL

- ALMEIDA, Luís Ferrand de — *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra, 1973.
- «Brasil e Argentina», in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, I, Porto, 1984.
- «Colónia do Sacramento», in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, V, Porto, 1984.
- BENNASSAR, Bartolomé — *La America española y la America portuguesa (siglos XVI-XVIII)*. Madrid, 1986.
- MAURO, Frédéric — *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII^e Siècle (1570-1670)*. Paris, 1983.
- VIEIRA — *Cartas do Padre António*, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, Lisboa, 1970.
- SALVADOR, José Gonçalves — *Os Cristãos Novos e o Comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo, 1978.